

# **POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE NA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – MG: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO IDEB<sup>1</sup>**

**Magali dos Reis**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

magali\_reis@pucminas.br

**Resumo:** Este trabalho analisa as políticas públicas, educação, pobreza, e desigualdade, relacionando tais categorias às condições de ensino e aprendizagem, em duas escolas de ensino fundamental, públicas da região metropolitana de Belo Horizonte – MG/Brasil. O estudo parte das análises relativas aos dados do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O interesse pelo tema decorre do reconhecimento da importância estratégica das avaliações sistêmicas, enquanto parte intrínseca das políticas educacionais.

**Palavras-Chave:** políticas públicas; educação; desigualdade.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho analisa as políticas públicas, educação, pobreza, e desigualdade, relacionando tais categorias às condições de ensino e aprendizagem, em duas escolas de ensino fundamental, públicas da região metropolitana de Belo Horizonte – MG/Brasil. O estudo parte das análises relativas aos dados do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), resultado de um conjunto de avaliações sistêmicas instituídas pelo Governo Federal do país no ano de 2007.

O interesse pelo tema decorre do reconhecimento da importância estratégica das avaliações sistêmicas, enquanto parte intrínseca das políticas educacionais, as quais não podem ser compreendidas como meros dados estatísticos, mas precisam ser reconhecidas como importante fonte de pesquisa e reflexão acadêmica, sobretudo no momento em que o ensino fundamental se amplia recebendo novos protagonistas, isto é, as crianças de 6 anos de idade, que até o ano de 2005, pertenciam a Educação Infantil.

Tecemos ao longo deste artigo algumas considerações que nos parecem importantes para compreender a persistência da desigualdade e da pobreza e sua relação com o ensino, tendo como ponto de partida os dados do IDEB, porém não esgotando nossas análises em tais dados. Uma primeira consideração possível é buscar compreender se há algum impacto dos resultados das avaliações sistêmicas nas decisões e no delineamento de políticas públicas que possa elevar a qualidade de ensino, numa ação compartilhada entre as diferentes instâncias da federação, e a sociedade civil, visando a diminuição, e a paulatina eliminação das desigualdades sociais.

Entendemos que a persistência da desigualdade no país tem uma relação com questões profundas que se tem produzido no âmbito da sociedade como um todo, entre as quais figura a dificuldade persistente de distribuição igualitária de renda e bens de consumo social, em especial a

educação. A pesquisa reafirmou a consciência da enorme complexidade e dificuldade de mudar os padrões do *sistema* educativo brasileiro. Embora as reformas educacionais que vêm se aprimorando desde os anos 1990 no país tenham produzido um significativo aumento de oferta de vagas, assim como a introdução de novos métodos e instrumentos de gestão como a descentralização e a maior autonomia às escolas, entre outras ações significativas. As avaliações sistêmicas atestam que tais mudanças não foram capazes ainda de afetar significativamente os resultados da aprendizagem das crianças. Não obstante, compreendamos que as avaliações sintetizadas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, podem ser vistas como conjunto de dados e informações estatístico-educacionais capazes de subsidiar a elaboração de propostas para a melhoria da qualidade do ensino, que tenham como orientação a superação da desigualdade.

## AVALIAÇÕES SISTÊMICAS E A CONSTITUIÇÃO DO IDEB

O IDEB, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão ligado ao Ministério da Educação, visa promover uma análise da qualidade da educação básica no Brasil, tendo como referência a combinação de indicadores simultaneamente: a taxa de repetência e evasão escolar e o desempenho dos alunos das escolas públicas municipais e estaduais na Prova Brasil. Deste modo, o IDEB reúne num só indicador um conjunto de informações relativas à qualidade do ensino, permitindo a visualidade das condições de ensino, mapeando as desigualdades na aprendizagem, por região do país, permite a elaboração de políticas públicas em educação, além da proposição de orientações político-pedagógicas visando a superação das desigualdades educacionais. No entanto, ainda são incipientes os estudos que demonstram a articulação entre as avaliações sistêmicas federais e suas implicações nas decisões políticas no âmbito dos municípios conforme demonstram Werle et.al (2009).

O IDEB constitui um importante indicador e é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos através do Censo Escolar, associado às médias de desempenho nas avaliações sistêmicas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB, desenvolvido no âmbito das unidades da federação e as Provas Brasil e Provinha Brasil, que ocorrem no âmbito dos municípios.

Segundo informações do MEC, o IDEB amplia “as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação”. Isto ocorre, pois o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. O IDEB possui uma variação de notas de zero a dez. Sendo o índice almejado pelo governo federal, até 2022, correspondente a média nacional de 6, índice de um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica, criado no Brasil em 1990, por seu turno, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC). A ANEB é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. A ANEB recebe o nome de SAEB quando da divulgação das provas.

A ANRESC, no entanto, é mais extensa e detalhada que a ANEB e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil. Foi criada em 2005, e pretende avaliar as habilidades de Língua Portuguesa, tendo como ênfase a leitura, e Matemática, cujo foco recai sobre a competência de resolver problemas. Diferente do SAEB que avalia também o ensino médio, a Prova Brasil avalia apenas os estudantes do quinto e do nono ano do ensino fundamental. Porém, possui caráter universalizante, já que todos os estudantes dos anos escolares avaliados devem fazer as provas, o que possibilita a expansão e o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB.

Como avaliação complementar a ANEB e a ANRESC, o Inep criou a Provinha Brasil, que consiste em uma avaliação diagnóstica aplicada às crianças em fase de alfabetização, matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Segundo dados do MEC, a avaliação ocorre em duas etapas, no início e no término do ano letivo, tendo como objetivo principal fornecer aos professores e aos gestores do ensino, dados que permitam conhecer melhor o que foi apreendido pelas crianças durante o processo de aprendizagem, no que diz respeito ao desenvolvimento da habilidade de leitura.

## DADOS DA PESQUISA<sup>2</sup>

O município estudado participou das avaliações nacionais (Prova Brasil) nos anos de 2005 e 2007, sendo que a rede municipal em questão atingiu índices muito interessantes.

A nota média do IDEB, da rede municipal de ensino, relativa às séries finais do ensino fundamental, elevou-se em 2007 em comparação com 2005. Curiosamente, ocorreu queda na nota atingida na execução da Prova Brasil de um ano para outro, o que foi, aparentemente, compensado por um aumento significativo na taxa de aprovação nestas séries, como pode ser observado na tabela 1.

A Tabela 1 indica que no município pesquisado a nota média padronizada das escolas públicas municipais está abaixo das notas médias padronizadas da rede pública estadual, e abaixo das notas médias padronizadas quando somadas as das redes estaduais e municipais públicas.

A Tabela 2 indica que no município pesquisado o IDEB das escolas públicas municipais está acima do IDEB da rede pública estadual, e quando somadas as das redes estaduais e municipais públicas

Algumas considerações podem ser delineadas a partir da análise das tabelas 1 e 2. A nota média padronizada da rede municipal estudada, nos anos 2005 e 2007, está abaixo das médias da rede estadual, e permanece do mesmo modo, abaixo da média das públicas quando somadas as notas da rede estadual e municipal. Também está abaixo das médias estaduais das 2 (duas) redes, estadual e privada e abaixo da média total estadual. A nota média padronizada da rede municipal estudada em 2005 superava todas as médias nacionais, inclusive a total, com exceção da rede pública. Em 2007 passou a superar apenas a média municipal do Brasil, ficando atrás das demais categorias.

No entanto, a taxa de aprovação em 2005 nesta rede municipal supera todas as categorias, municipal, estadual e nacional, com exceção da rede privada estadual e nacional. Em 2007 a taxa de aprovação na rede municipal estudada supera todas as categorias, municipais, estaduais e nacionais, sem exceção alguma. O que reafirma a importância da investigação científica deste fenômeno, de forma mais complexa, estabelecendo relações entre as condições sociais e as condições de ensino aprendizagem. (Cohen, 2002; Klein, 2003)

A rede municipal estudada superou as projeções do IDEB 2007 em 0,3 pontos e as projeções para 2009 em 0,2 pontos. Devido às boas notas obtidas em 2005 e 2007 as projeções da rede municipal são as mais altas do país, com exceção das projeções para a rede privada.

Essa situação merece uma análise mais detalhada no sentido de se identificar os fatores que contribuíram para esta elevação na taxa de aprovação e em contrapartida à queda no resultado da Prova Brasil.

Outras considerações podem ser feitas quando se agrupam os dados por Regional Administrativa. Em se tratando das escolas municipais de Betim 5ª a 8ª séries, foram 46 (quarenta e seis) escolas participantes do IDEB em 2005 e 2007, 41 (quarenta e uma) participaram dos índices de 2005 e 2007, 1 (uma) escola não possui índice em 2007, 4 (quatro) escolas não possuem índice em 2005.

As 46 (quarenta e seis) escolas participantes estão divididas em 9 (nove) categorias, de acordo com as regionais administrativas do município.

Nas Tabelas 3 e 4 as notas foram agrupadas por regionais indicando discrepâncias no âmbito do município. Assim, regiões mais providas de recursos oriundos de serviços e comércio tiveram notas mais altas, conforme pudemos observar nas regionais 3 e 6 e na região central da cidade. No entanto, regiões com parque industrial significativo, com considerável disponibilidade de comércio e serviços, sobretudo públicos tais como hospital, centro de saúde, serviço social, não tiveram bom desempenho nas avaliações sistêmicas, permanecendo com IDEB abaixo da média no âmbito do município. Este fenômeno é notório especialmente na regional 2, onde situam-se indústrias de médio e grande porte, e multinacionais.

Das 8 (oito) regionais 6 (seis) apresentaram piora em sua nota média padronizada na prova Brasil comparando-se os anos de 2005 e 2007 e apenas 2 (duas) melhoraram sua média, contudo houve uma melhora no quadro total do município o que se dá pela melhora significativa apresentada nas regionais que aumentaram sua média, conforme Tabela 6.

Das 8 (oito) regionais 7 (sete) apresentaram melhora na taxa de aprovação quando comparados os anos de 2005 e 2007 e em apenas 1 (uma) ocorreu queda. De acordo com a Tabela 7 ocorreu um aumento de 68 pontos na taxa de aprovação, o que baseando-se apenas na porcentagem de aprovação por regional e desconsiderando-se o número de escolas e alunos de cada uma, representa um aumento 8,5 por cento na taxa de aprovação do município.

Já a tabela 8 indica que das 8 (oito) regionais, 7 (sete) apresentaram melhora no IDEB, quando comparados os anos de 2005 e 2007 e apenas 1 (uma) apresentou queda. Houve um

aumento de 2,7 pontos no IDEB das regionais de um ano para outro, o que representa de 0,3 a 0,4 pontos positivos no IDEB das escolas municipais de 2005 a 2007.

Das 8 (oito) regionais 7 (sete) atingiram a projeção proposta para o ano de 2007 e apenas 1(uma) não bateu a meta. O resultado das oito regionais somadas superou a expectativa do IDEB para as escolas municipais de Betim para o ano de 2007 em 2,4 pontos no total, cerca de 0,3 pontos positivos no IDEB das escolas municipais em relação à projeção para 2007.

Das 8 (oito) regionais 5 (cinco) atingiram a projeção proposta para o ano de 2007 e 3 (três) não superaram a meta. Na Tabela 9 observamos o resultado das oito regionais somadas já superou a expectativa do IDEB para as escolas municipais da rede de ensino estudada, para o ano de 2009 em 1,2 pontos no total, cerca de 0,15 pontos positivos no IDEB das escolas municipais em relação à projeção para 2009.

Os dados obtidos através da análise do IDEB permitiram observar os diferentes comportamentos regionais quanto às oscilações de escores, chamando nossa atenção especialmente para aquelas regionais que permaneceram com índices abaixo da média, e em queda. (Brooke, 2006) Para explorarmos outras possibilidades analíticas relativas aos dados do IDEB, cruzando variáveis como densidade demográfica e recursos disponíveis, tais como parque industrial, comércio e serviços disponíveis, bens públicos municipais, além das escolas. (Rio-Neto, 2004) Deste modo, o índice de desenvolvimento humano regional nos auxiliou na definição da regional onde centraríamos as atividades de pesquisa.

A partir dos dados apresentados nas tabelas de 3 a 9, efetuamos o recorte entendendo que a Regional 2, apresentava os indicadores mais baixos, nos anos de 2005 e 2007, por tratar-se de uma das regiões com renda per capita mais baixas do município, porém, com parque industrial considerável, serviços públicos de saúde, educação e assistência social, bastante estruturados, além de comércio, e outros serviços disponíveis.

## CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO

O município pesquisado possui cerca de quinhentos mil habitantes, é uma das cidades mais importantes da região metropolitana de Belo Horizonte, e possui um considerável parque industrial. Foi emancipada à condição de município no início do século XX, porém seu crescimento econômico começa a ganhar maior impulso somente na década de 1960, com a instalação do pólo industrial e com ele a chegada de empresas multinacionais. Simultaneamente ao crescimento econômico há o crescimento populacional, ocasionado por um intenso processo de migração. A este aumento da população segue-se o grande número de ocupações de terrenos e moradias ilegais, por trabalhadores sem teto, constituindo os aglomerados<sup>3</sup>.

A cidade é banhada por três rios, possui um importante patrimônio histórico e bens culturais como Guardas de Congo, Moçambique, Marujos e Catopés, que realizam a festa anual Reinado de Nossa Senhora do Rosário, Folias de Reis, de São Sebastião e de Santa Cruz, e uma Associação de Capoeira.

A Regional 2, selecionada para este estudo, é uma das regiões mais populosas do município, com cerca de 45 mil habitantes, nela está sediada uma importante multinacional do ramo automobilístico, um importante parque industrial e bens de serviços públicos como hospital, maternidade, posto de saúde, creches, escolas municipais e estaduais. Apesar do pólo industrial que abriga e dos serviços sociais disponíveis, é uma das regiões mais pobres do município, com grande número de desempregados e trabalhadores informais; é também grande o número de moradias precárias situadas em um aglomerado, que lentamente vão se urbanizando. A região se ressentia ainda da falta de segurança pública e sofre com um tipo de poder paralelo que intimida a população e faz circular uma economia ilícita.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Bogdan e Biklen (2006) analisam as pesquisas de caráter qualitativo na área de educação, e como esta abordagem desenvolveu-se, inicialmente em contraposição à pesquisa quantitativa. Deste modo, a investigação de natureza qualitativa pode ser entendida num sentido restrito como uma produção de estudos analíticos de práticas sociais. A partir desse significado, pode-se perceber a necessidade de maior aproximação com a realidade, vivenciando o contexto a ser estudado de forma a interagir com as pessoas que fazem parte dessa experiência.

Neste sentido, um pesquisador assume o papel de sujeito da pesquisa pois, a partir do momento que se entra em contato com os atores sociais, estabelece-se uma relação concreta, afetiva e social.

Sob essa ótica, a pesquisa qualitativa é um processo de construção do conhecimento, e não apenas uma fornecedora de dados, principalmente quando parte-se do pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente (André, 2005). Isto significa que as questões e problemas que orientam uma pesquisa exigem um posicionamento teórico, levando o pesquisador a buscar novas respostas e novas indagações no decorrer de sua investigação.

Em um estudo como este, sobre as possíveis relações entre políticas públicas, educação, desigualdade, pobreza e as condições de ensino aprendizagem, a análise dos dados possibilitou a emergência dos aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e educacionais, pois trata-se de um estudo necessariamente voltado à totalidade do objeto, sem no entanto aprofundar todas as suas nuances. Assim, foi necessário ultrapassar os limites do factual ou descritivo, uma vez que esta abordagem é bastante importante, enquanto fundamentação e procedimento neste estudo.

O próprio objeto de estudos concentra múltiplos interesses, estudados em distintas áreas do conhecimento e desta forma, este estudo tem um caráter interdisciplinar. Foi necessário, portanto colocar em evidência a especificidade de cada situação, a fim de compreender mais profundamente o outro, não para justificá-lo, mas para entender os motivos que o levaram a agir de determinada forma, a ter certa visão de mundo e interpretação da realidade.

Estudos de caráter sociológico podem ter por base dados provenientes das mais variadas fontes (Lang, 2006). No desenvolvimento das diferentes etapas da pesquisa, foram utilizados

instrumentos de coleta de dados tais como: observação e registro do cotidiano das escolas estudadas, análise documental (documentos escritos – impressos e manuscritos), entrevistas e fotografias. Estes instrumentos de dados garantiram que vários aspectos pudessem ser analisados com base na bibliografia específica de acordo com o tema.

Considerando-se a extensão deste estudo as crianças foram observadas assim como os adultos e as relações que estes últimos estabelecem com os mais novos. (Kramer, 2002) Em cada Unidade de Ensino foi desenvolvida, em uma primeira etapa, uma pesquisa de campo de tipo etnográfica, e posteriormente serão realizadas entrevistas com os adultos para que a realidade amostrada possa ser compreendida sob diferentes perspectivas. O espaço físico, as atividades voltadas às crianças e jovens, produzidas ou não no âmbito da escola, os materiais, brinquedos, infra-estrutura e os objetos disponíveis foram observados com base em um roteiro de observação previamente definido.

## EDUCAÇÃO BÁSICA E DESIGUALDADE

As análises preliminares dos dados obtidos através das avaliações sistêmicas pela esfera federal trazem referências importantes para a compreensão de alguns aspectos das condições dos processos de ensino-aprendizagem, porém são insuficientes para proporcionar uma visão específica e ampliada da dinâmica do sistema municipal de educação estudada, exigindo a continuidade da pesquisa. (Sammons, 1995; Sloat & Williams, 2002)

Neste sentido, a pesquisa reafirmou a necessidade de darmos amplo conhecimento aos aspectos mais formais das avaliações sistêmicas. Assim, analisar e interpretar dados estatísticos fornecidos pelo MEC através das avaliações do IDEB permitiu que as instituições estudadas se percebessem em sua completude e complexidade. O estudo também tem fornecido subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de novas ações de políticas públicas na área de educação, pela Prefeitura estudada em particular, e para o ensino fundamental público de forma geral.

Deste modo, alguns aspectos fundamentais podem ou não estar presentes, no cotidiano das escolas da rede municipal. Para tanto, algumas questões tem sido fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado. A primeira delas diz respeito à gestão democrática do sistema. (Oliveira, 2000; Cury, 2002) Observamos que há atualmente um modelo de gestão macro e micro que, no entanto, não tem sido capaz de envolver diferentes forças sociais implicadas nos processos de educação, como os professores, os gestores do ensino, as famílias, e as lideranças locais. Este aspecto é um dos fatores dificultadores para a implementação de políticas efetivas e eficientes na superação das atuais condições de ensino do município.

Outro aspecto corresponde ao respeito a regras estáveis para a composição de instâncias de decisão e planejamento. A primeira etapa da pesquisa identificou certa dificuldade na elaboração e cumprimento de regras capazes de elevar o poder decisório das instâncias formais, havendo em paralelo um tipo de poder mantido pela coação dos moradores da região, a intimidação pela força do poder paralelo baseada na organização de uma economia informal e por

vezes ilícita. Tais características dificultam o estabelecimento de regras e o planejamento que possibilitem novas práticas emancipatórias. (Rossi, 2007)

Além disso, os mecanismos<sup>4</sup> utilizados pelos gestores para a diminuição das desigualdades no ensino, não tem repercutido de forma positiva na realidade pesquisada. Por mecanismos para a promoção da igualdade compreendemos que são as orientações, as estratégias e as regulamentações relativas aos processos pedagógicos que ocorrem dentro e fora da escola; bem como os programas, os registros; os critérios de financiamento; o plano da carreira docente; as normas de gestão das unidades escolares; entre outros.

Durante a pesquisa encontramos certa dificuldade em identificar os mecanismos utilizados para garantir a qualidade e a eficácia dos processos de ensino-aprendizagem, característica que se repete em estudos ulteriores. (Franco, et.al., 2001) Embora haja por parte das escolas inúmeras iniciativas, projetos e propostas estes ainda se ressentem da falta de sistematização e registro que permitam a sua identificação e conseqüente análise.

Ainda que haja investimentos por parte da prefeitura, para as reformas, construções e manutenção das unidades escolares, incluindo verbas para laboratórios e bibliotecas, os recursos são modestos e não atingem a todas as unidades da região estudada havendo, numa mesma regional, grandes discrepâncias na infra-estrutura das escolas.

Outro aspecto importante diz respeito às maneiras como são garantidas as condições para que as escolas e as equipes de trabalho assumam suas responsabilidades correspondentes à resposta às expectativas comuns, aos planos pedagógicos, às famílias e aos estudantes, ao entorno econômico e cultural, demarcada pela abertura à prática e à exigência de cidadania. Algo que ainda nos parece difuso e desarticulado do contexto sócio-econômico e cultural da região estudada.

A elevada formação docente é outro aspecto que chamou a atenção. Encontramos professores com nível superior e um número significativo de professores com título de especialistas, ou mestrado. Porém, não raras vezes no deparamos com as dificuldades, que professores encontram em lidar com o ensino de maneira a produzir bons resultados com as crianças, especialmente as mais pobres, fator que merece um estudo mais aprofundado conforme afirmam Tedesco (2009), e Soares (2005).

Não identificamos, a existência de algum tipo de avaliação quanto ao desempenho docente, especialmente no que diz respeito a percepção dos estudantes – as crianças, sobre a atuação direta e indireta dos adultos, especialmente no momento em que se encontra em curso a implantação do programa de educação em tempo integral<sup>5</sup>.

Observamos, finalmente, que ainda há uma frágil articulação com entra a rede municipal estadual de educação, fator que dificulta a consolidação de um sistema de ensino que possibilite o fortalecimento de seu caráter público em todos os níveis de ensino. Entendemos que a cisão entre o sistema de ensino público municipal e estadual é um fenômeno histórico e conforme analisa Cury (2008), a necessária articulação entre as esferas da federação encontra ainda barreiras de caráter econômico, social e jurídico-político, para que seja de fato superada, em outros termos:

Resulta daí uma *desigualdade sistêmica* que é congênita à sociedade capitalista ainda que dentro de um movimento contraditório. Dessa forma, o conceito de *sistema único de educação* ou mesmo o de *sistema unificado de educação* tem como desafio maior o horizonte da igualdade, cujo motor maior não se radica na escola, mas no próprio sistema social. (Cury, 2008, 1189)

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Ainda que tenhamos um amplo universo a ser pesquisado, uma aproximação inicial com o campo de pesquisa nos possibilitou chegar a algumas importantes considerações a respeito do baixo desempenho dos estudantes nas avaliações sistêmicas.

A primeira delas diz respeito ao próprio recorte territorial. Uma pesquisa, realizada na mesma regional e conduzida pelo Centro di Ricerche Economiche e Giuridiche – CREG, - Università di Roma Tor Vergata, em parceria com a Fundação João Pinheiro, procurou compreender a permanência da situação e pobreza na região, mesmo que a cidade como um todo tenha tido um crescimento econômico considerável nas últimas décadas.

Através do projeto de extensão universitária com interface com a pesquisa pudemos reafirmar que a análise da dimensão geopolítica, nos fornecia componentes analíticos importantes para a compreensão da permanência da situação de desigualdade na regional 2.

Ainda com base na pesquisa coordenada por Rossi (2007), nossa aproximação com o campo de pesquisa reafirmou a idéia de que *a pobreza e a exclusão são geograficamente concentradas e o crescimento e a prosperidade para a sociedade como um todo não necessariamente contribuem para reverter processos nas áreas mais pobres.*

No ano de 1994, a Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, mostrou que grande parte das famílias possui baixa renda não ultrapassando a cifra de dois salários mínimos vigentes. Um levantamento de dados inicial mostrou que tal situação permanece, somada à situação de desemprego de um ou mais membros das famílias pesquisadas.

As condições de vida das famílias permanecem degradadas, especialmente no que diz respeito à moradia. Relatos de diferentes arranjos familiares, famílias com elevado número de filhos ou várias famílias co-habitando em condições deploráveis. A agudização da pobreza, no entanto, segundo informações fornecidas pelos sujeitos da pesquisa, cotejadas com relatórios censitários indicam que o desemprego é um dos maiores problemas para os moradores da Regional 2.

Como resultado da falta de emprego cresce a economia informal, o consumo de álcool e o uso de drogas. Embora, segundo lideranças locais, esta realidade venha se modificando nos últimos anos, ela sinaliza uma incapacidade da maioria de fazer cumprir as regras de convívio social, redundando num crescimento da violência, da criminalidade e da informalidade associados a crescente perda de autoridade do poder público, que por vezes é incapaz de encontrar rápidas soluções para as demandas emergentes.

Assim, os indicativos trazidos pelas fontes de base quantitativa, a partir da análise dos

dados IDEB, apresentaram-se como ponto de partida, e como fonte sobre a qual necessitamos perseguir analisando os efeitos destes indicativos nas trajetórias pessoais, escolares e profissionais dos sujeitos envolvidos, e que compõe a pesquisa de caráter qualitativo.

Neste sentido, compreendemos que o sucesso escolar está relacionado a um conjunto de fatores que de modo direto ou indireto interfere na aprendizagem e no desempenho escolar de crianças em situações tão vulneráveis como as encontradas em nosso campo de pesquisa. (Abicalil, 2001, 2002). As políticas públicas nesta regional tem se mostrado desarticuladas e insuficientes para promover a superação das desigualdades sociais e, embora haja atualmente um esforço compartilhado entre sociedade civil e poder público para que de fato os sistemas sejam integrados garantindo ações compartilhadas, este fenômeno ainda não pode ser observado no cotidiano do universo pesquisado.

Em outros termos, a falta de eficiência e efetividade de uma política de planejamento familiar, habitação degradada, transporte público precário, entre outros, associado à ausência de uma efetiva política de geração de emprego e renda para a região, têm afetado sobremaneira o sistema de ensino, e em consequência o ciclo de pobreza e desigualdade persiste.

O estudo mostrou, por fim, que se torna cada vez mais urgente entender as formas como os sistemas de avaliação ganham centralidade nas políticas educacionais, sem que, contudo, sejam capazes de produzir efeitos que garantam a superação das desigualdades, os dados não falam por si, e exigem amplos estudos sobre sua capacidade de produzir mudanças efetivas na educação pública. Um aspecto, porém, que ainda precisa ser observado, diz respeito a como os professores, os estudantes e as instâncias de decisão, procuram garantir que todos aprendam. A segunda etapa da pesquisa que se inicia pretende observar as características que vêm da dimensão subjetiva dos sujeitos da educação – estudantes, professores, gestores, famílias, comunidade. Este aspecto diz respeito à necessidade de explorar o conceito de “políticas subjetivas” estabelecidas, conforme afirma Tedesco (op.cit.), as quais poderão indicar algumas linhas de ação específicas capazes de romper com o determinismo social indicado pelos resultados das avaliações sistêmicas.

## NOTAS

- 1 A pesquisa contou com a co-coordenação de Eugênio Batista Leite.
- 2 As tabelas mencionadas a seguir encontram-se ao final do texto.
- 3 Aglomerado é um conjunto de favelas e vilas caracterizado por moradias degradadas, com grande contingente populacional, e ausência de saneamento básico. Os aglomerados são áreas de extrema pobreza, desigualdade e exclusão.
- 4 Destacamos neste aspecto, os dados obtidos através da Secretaria de Educação que afirma adotar políticas de valorização do trabalho docente, investimento em infra-estrutura e material didático para as escolas, oferta de salários acima da média da região metropolitana de Belo Horizonte, entre outras, ações.
- 5 Trata-se do Programa Municipal Escola da Gente que pretende ampliar o tempo de permanência das crianças e jovens na escola, com atividades compartilhadas entre poder público, sociedade civil organizada e terceiro setor.

## REFERÊNCIAS

- ABICALIL, Carlos (2001). Organização de sistemas de ensino. *Revista de Educação CNTE*, Brasília, n. 5, 20-26.
- ABICALIL, Carlos (2002). Sistema Nacional de Educação Básica: nó da avaliação?. *Educação e Sociedade*, vol.23, n.80, 253-274.
- ANDRÉ, Marli & LÜDKE, Menga (1986). *Pesquisas Em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPE.
- ANDRÉ, Marli (2005). *O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática do Professor*. Campinas-SP: Papirus.
- BODGAN, Robert & BIKLEN, Sári (2006). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto - Portugal: Porto Editora.
- BRASIL (1988). Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado.
- BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, v. 1, 1996, 27849.
- BROOKE, Nigel (2006) *As Perspectivas para os sistemas de responsabilização educacional no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- COHEN, David. et.al. (2002). Resources, instruction and research. In: MOSTELLER, Frederick.; BORUCH, Richard. et.al. (2003). *Evidence matters: randomized trials in education research*. Washington: Brookings Institution Press. (pp.80-119).
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. *Educ. Soc.* [online]. 2008, vol.29, n.105 [citado 2010-09-07], pp. 1187-1209.
- CURY, Carlos Roberto Jamil (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa FCC*, n.116, 245-262 .
- FRANCO, Creso & FERNANDES, Cláudia & BONAMINO, Alicia (2001). Avaliação na escola e avaliação da educação: possibilidades e desafios. In Candau, Vera Maria (Org.) *Reinventara escola*. Petrópolis: Vozes, (pp. 167-188)
- KLEIN, Ruben (2003). Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores de fluxo escolar da educação básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.84, n.206/208, p.107-157.
- KRAMER, Sônia (2002). Autoria e Autorização. *Cadernos de Pesquisa – FCC*, n. 116, p.41-59.
- LANG, Alice (2006). Uma entrevista em Análise: Olhares diversos. *Revista Pesquisa Qualitativa*. Sociedade de estudos e Pesquisas Qualitativas, n.1, pp.99-109.
- LOPES, Jader (2005). *Geografia da Infância: Reflexões sobre uma área de pesquisa*. Juiz de

Fora-MG: FEME.

OLIVEIRA, Dalila (2000). A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. In: Ferreira, Naura & Aguiar, Márcia. (Orgs.). *Gestão da educação: impasse, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez. (pp.84-108)

ROSSI, Enzo (2007). *Pobreza e Desigualdade*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e Centro di Ricerche Economiche e Giuridiche – GREG, - Università di Roma Tor Vergata.

SAMMONS, Pamela et.al. (1995). *Key characteristics of effective schools*. London: Office for Standards in Education.

SLOAT, Eric & WILLIAMS, James (2002). *A Gradient approach to the study of childhood Vulnerability in vulnerable children*. Alberta: The University of Alberta Press.

SOARES, José (2005). O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. In: SOUZA, Angela. *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis: Vozes. (pp.174-204).

TEDESCO, Juan Carlos. Calidad de la educación y políticas educativas. *Cad. Pesqui.* [online]. 2009, vol.39, n.138 [citado 2010-09-08], pp. 795-811.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; THUM, Adriane Brill; ANDRADE, Alenis Cleusa de. Processo nacional de avaliação do rendimento escolar: tema esquecido entre os Sistemas Municipais de Ensino. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, set. 2009.(pp.397-419)

## TABELAS

### Tabela 1 – NOTAS MÉDIAS PADRONIZADAS

UNIDADE	Rede	Nota média	Nota média	Taxa	Taxa
		Padronizada	Padronizada	Aprovação	Aprovação
		2005	2007	2005	2007
Brasil	Total	4,52	4,70	77,0	79,8
Brasil	Pública	4,28	4,49	75,0	78,2
Brasil	Privada	6,15	6,14	94,5	95,1
Brasil	Municipal	4,18	4,40	73,2	77,6
Brasil	Estadual	4,32	4,53	76,3	78,7
Minas Gerais	Total	4,88	5,00	77,0	79,5
Minas Gerais	Estadual	4,77	4,84	75,1	77,5
Minas Gerais	Privada	6,81	6,82	94,5	94,6
Município Pesquisado	Estadual	4,67	4,68	73,2	77,0
Município Pesquisado	Municipal	4,55	4,48	85,8	96,0
Município Pesquisado	Pública	4,59	4,54	82,3	90,1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

### Tabela 2 – MÉDIAS DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2005/2007

UNIDADE	Rede	IDEB	IDEB	Projeção	Projeção
		2005	2007	2007	2009
Brasil	Total	3,5	3,8	3,5	3,7
Brasil	Pública	3,2	3,5	3,3	3,4
Brasil	Privada	5,8	5,8	5,8	6,0
Brasil	Municipal	3,1	3,4	3,1	3,3
Brasil	Estadual	3,3	3,6	3,3	3,5
Minas Gerais	Total	3,8	4,0	3,8	3,9
Minas Gerais	Estadual	3,6	3,7	3,6	3,8
Minas Gerais	Privada	6,4	6,4	6,5	6,6
Município Pesquisado	Estadual	3,4	3,6	3,5	3,6
Município Pesquisado	Municipal	3,9	4,3	4,0	4,1
Município Pesquisado	Pública	3,8	4,1	3,8	4,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

**Tabela 3 - NOTAS MÉDIAS E TAXAS DE APROVAÇÃO**

UNIDADE / Rede Municipal	NOTA MEDIA PADRONIZADA 2005	NOTA MEDIA PADRONIZADA 2007	TX DE APROVAÇÃO 2005	TX DE APROV 2007
MUNICIPIO	4,55	4,48	85,8	96
CENTRO	4,87	4,83	90,5	96,2
REGIONAL1	4,12	4,65	84,8	97
REGIONAL2	3,93	4,25	82,6	94,6
REGIONAL3	4,48	4,44	87,5	97
REGIONAL4	4,46	4,32	83,8	95,9
REGIONAL5	4,47	4,31	86,6	94,8
REGIONAL6	4,78	4,48	85,2	96
REGIONAL7	4,24	4,2	96	93,5
somatório	35,35	35,48	697	765
Media	4,41875	4,435	87,125	95,625

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

**Tabela 4 - MÉDIAS DO IDEB ENTRE 2005 E 2009**

UNIDADE	REDE	IDEB 2005	IDEB 2007	PROJEÇÃO 2007	PROJEÇÃO 2009
MUNICIPIO	MUNICIPAL	3,9	4,3	4	4,1
CENTRO		4,5	4,7	4,5	4,6
REGIONAL1		3,5	4,5	3,6	3,7
REGIONAL2		3,3	4	3,4	3,5
REGIONAL3		3,9	4,3	4	4,1
REGIONAL4		3,8	4,1	3,8	4
REGIONAL5		3,9	4,1	3,9	4,2
REGIONAL6		4,2	4,3	4,2	4,5
REGIONAL7		4,1	3,9	4,1	4,1
somatório		31,2	33,9	31,5	32,7
Media		3,9	4,2375	3,9375	4,0875

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

**Tabela 5 - NOTA MEDIA PADRONIZADA PROVA BRASIL**

REGIONAIS	Nº DE ESCOLAS	MELHOR	PIOR	IGUAL	ALTERAÇÃO NA MEDIA POR REGIONAL
Centro	6	2	4	0	-0,04
REGIONAL1	1	1	0	0	0,53
REGIONAL2	5	5	0	0	0,32
REGIONAL3 *	11	4	7	0	-0,04
REGIONAL4*	9	5	3	0	-0,14
REGIONAL5*	6	1	4	0	-0,16
REGIONAL6*	4	0	3	0	-0,3
REGIONAL7	3	1	1	0	-0,04
Sem regional- em 2007 **	1	x	x	x	X
TOTAL	46	19	22	0	0,13

\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2005

\*\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

**Tabela 6 - TAXA DE APROVAÇÃO MEDIA 5ª a 8ª COMPARAÇÃO 2005 e 2007**

REGIONAIS	Nº DE				ALTERAÇÃO NA MEDIA POR REGIONAL
	ESCOLAS	MELHOR	PIOR	IGUAL	
Centro	6	5	0	1	5,7
Regional1	1	1	0	0	12,2
Regional2	5	4	1	0	12
Regional3	11	11	0	0	9,5
Regional4 *	9	8	0	0	12,1
Regional5 *	6	5	0	0	8,2
Regional6*	4	3	0	0	10,8
Regional7 *	3	0	2	0	-2,5
S/ Regional em 2007 **	1	x	x	x	X
TOTAL	46	37	3	1	68

\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2005

\*\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

**Tabela 7 - IDEB 5ª a 8ª COMPARAÇÃO 2005 e 2007**

REGIONAIS	Nº DE				ALTERAÇÃO NA MEDIA POR REGIONAL
	ESCOLAS	MELHOR	PIOR	IGUAL	
Centro	6	4	2	0	0,2
REGIONAL1	1	1	0	0	1
REGIONAL2	5	5	0	0	0,7
REGIONAL3	11	9	1	1	0,4
REGIONAL4*	9	7	1	0	0,3
REGIONAL5*	6	3	1	1	0,2
REGIONAL6*	4	2	1	0	0,1
REGIONAL7*	3	1	1	0	-0,2
Sem Regional **	1	x	x	x	X
TOTAL	46	32	7	2	2,7

\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2005

\*\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

**Tabela 8 - IDEB 5ª a 8ª COMPARAÇÃO 2007 e projeção 2007**

REGIONAIS	Nº DE		NÃO ATINGIU	ALTERAÇÃO NA MEDIA POR REGIONAL
	ESCOLAS	ATINGIU		
Centro	6	3	3	0,2
REGIONAL1	1	1	0	0,9
REGIONAL2	5	5	0	0,6
REGIONAL3	11	10	1	0,3
REGIONAL4*	9	7	1	0,3
REGIONAL5*	6	3	2	0,2
REGIONAL6*	4	2	1	0,1
REGIONAL7 *	3	1	1	-0,2
S/ Regional em 2007 **	1	x	x	X
TOTAL	46	32	9	2,4

\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2005

\*\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

**Tabela 9 -IDEB 5ª a 8ª COMPARAÇÃO 2007 e projeção 2009**

REGIONAIS	Nº DE ESCOLAS	ATINGIU	NÃO ATINGIU	ALTERAÇÃO NA MEDIA POR REGIONAL
Centro	6	3	3	0,1
REGIONAL1	1	1	0	0,8
REGIONAL2	5	4	1	0,5
REGIONAL3	11	9	2	0,2
REGIONAL4	9	7	2	0,1
REGIONAL5	6	2	4	-0,1
REGIONAL6	4	0	4	-0,2
REGIONAL7	3	1	2	-0,2
S/ Regional em 2007 **	1	x	x	X
TOTAL	46	27	18	1,2

\*\* regionais que possuem 1 escola sem referencia em 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.